

FRANCISCO ANTÓNIO
DE M. L. FERREIRA DE ALMEIDA

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

.....

3.^A EDIÇÃO

ÍNDICE

Nota prévia	7
INTRODUÇÃO	9
1. Noção de direito internacional.....	10
2. Direito internacional, direito interestadual ou direito das gentes?.....	12
3. Direito internacional geral e direito internacional particular	13
4. Direito internacional público e direito internacional privado	16
5. Direito internacional e moral internacional	17
6. Direito internacional e cortesia internacional	18
7. As funções do direito internacional.....	19
8. Os termos <i>sociedade</i> e <i>comunidade</i> internacional.....	22
9. A normatividade internacional: problemas estruturais	24
CAPÍTULO I	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO INTERNACIONAL.....	41
1. Introdução	41
2. Direito internacional clássico (“modelo de westefália”).....	42
2.1. Sujeitos de direito.....	43
2.2. Fontes de direito	45
2.3. As três funções típicas de um ordenamento jurídico.....	46
2.4. Recurso à força.....	47
2.5. Responsabilidade internacional por factos ilícitos.....	49
2.6. Conclusão	50
3. Direito internacional moderno (“modelo da carta das nações unidas”)..	50
3.1. Sujeitos de direito	51
3.2. Fontes de direito	57
3.3. Princípios fundamentais.....	59

•

3.4. Recurso à força	60
3.5. Responsabilidade internacional	62
3.6. Expansão e fragmentação do direito internacional	64
3.7. Conclusão	65

CAPÍTULO II

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL	67
--	-----------

I. Considerações preliminares	68
-------------------------------------	----

II. Convenções internacionais	71
-------------------------------------	----

1. Noção	71
----------------	----

2. Classificações	73
-------------------------	----

2.1. Classificações formais	73
-----------------------------------	----

2.2. Classificações materiais	75
-------------------------------------	----

3. Procedimento de conclusão	76
------------------------------------	----

3.1. Procedimento comum às convenções bilaterais e multilaterais	76
--	----

3.2. Procedimentos especiais	90
------------------------------------	----

4. A participação nas convenções internacionais	96
---	----

4.1. Mecanismos tendentes a facilitar a participação dos Estados nas convenções internacionais	97
--	----

5. A eficácia das convenções internacionais em relação a terceiros	103
--	-----

5.1. O princípio da relatividade dos efeitos dos tratados: desvios e excepções	103
--	-----

6. Condições de validade das convenções internacionais	111
--	-----

6.1. Capacidade das partes	111
----------------------------------	-----

6.2. Regularidade do consentimento	114
--	-----

6.3. Licitude do objecto	120
--------------------------------	-----

6.4. Regime da invalidade das convenções internacionais	122
---	-----

7. A interpretação das convenções internacionais	128
--	-----

8. Revisão e modificação das convenções internacionais	132
--	-----

9. Extinção e suspensão da vigência das convenções internacionais	133
---	-----

10. Fiscalização da constitucionalidade das convenções internacionais	136
---	-----

III. O costume	137
----------------------	-----

1. Noção e natureza desta fonte de direito internacional	137
--	-----

1.1. O elemento material ou objectivo (<i>consuetudo</i>)	138
---	-----

•

•	
1.2. O elemento psicológico ou subjectivo (<i>opinio juris sive necessitatis</i>)	138
1.3. Elemento normativo?	138
2. Fundamento do costume: doutrinas voluntaristas e correntes objectivistas	139
3. Processo costumeiro.....	142
3.1. Quanto ao elemento material.....	142
3.2. Quanto ao elemento psicológico.....	146
3.3. Os costumes «selvagens» ou instantâneos.....	147
4. O problema da oponibilidade do costume e o estatuto do <i>objector persistente</i>	148
5. A prova do costume.....	150
6. Renovação do costume e sua importância actual.....	152
IV. Os princípios gerais de direito	154
1. Uma fonte autónoma	154
2. Natureza jurídica	155
3. Função: carácter supletivo	158
4. Exemplos.....	159
5. Aplicação na ordem internacional: generalidade e transponibilidade	160
6. Importância e autonomia futura.....	162
V. Os actos jurídicos unilaterais.....	162
1. Noção e importância	163
2. Actos jurídicos unilaterais do Estado	163
2.1. Requisitos.....	163
2.2. Exemplos de manifestações unilaterais de vontade admitidas pela jurisprudência internacional	165
2.3. Tipologia.....	166
3. Actos jurídicos unilaterais das organizações internacionais.....	167
3.1. Variedade terminológica e tipologia	168
VI. A jurisprudência e a doutrina.....	171
VII. A equidade	173
CAPÍTULO III	
RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO	
	175
I. Considerações preliminares.....	176
II. Soluções teóricas.....	176
1. Teses dualistas.....	177

•	
2. Teses monistas	178
2.1. Monismo de direito interno	179
2.2. Monismo de direito internacional	179
2.3. Posição adoptada	180
III. Soluções positivas	182
1. Técnicas de incorporação.....	182
2. Contributo do Direito Comparado.....	183
IV. Recepção do direito internacional na ordem jurídica portuguesa.....	187
V. Hierarquia entre normas internacionais e internas.....	197
CAPÍTULO IV	
SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL.....	209
I. Considerações preliminares.....	210
II. O estado.....	212
1. Noção.....	212
2. Elementos constitutivos	213
2.1. A população.....	213
2.2. O território	217
2.3. O governo	222
2.4. A soberania e respectivos corolários.....	223
3. Competências do Estado.....	227
4. Responsabilidade internacional do Estado	230
4.1. Responsabilidade por actos ilícitos	230
4.1.1. Pressupostos	231
4.1.2. Consequências: regime-regra e regime excepcional.....	236
4.1.3. Causas de exclusão da ilicitude.....	245
4.2. Responsabilidade internacional objectiva.....	253
4.2.1. Noção e significado	253
4.2.2. Origem.....	254
5. Sucessão de Estados	255
5.1. Noção, significado e tipologia	255
5.2. Regime jurídico.....	259
5.2.1. Relações entre o Estado sucessor e os particulares	259
•	

•

5.2.2. Relações entre o Estado sucessor e o Estado predecessor.....	263
5.2.3. Relações entre o Estado sucessor e a ordem jurídica internacional	269
6. Reconhecimento.....	273
6.1. Noção.....	273
6.2. Reconhecimento do Estado: natureza jurídica	274
6.2.1. Conceção constitutiva ou atributiva	274
6.2.2. Conceção declarativa.....	275
6.3. Reconhecimento de governos.....	277
6.4. Reconhecimento de insurrectos e beligerantes.....	279
6.5. Dever de não reconhecimento.....	281
6.6. As formas do reconhecimento	283
III. As Organizações Internacionais	285
1. Teoria geral (traços essenciais).....	285
1.1. Considerações preliminares.....	285
1.2. Noção	286
1.3. Classificações	288
1.4. Personalidade jurídica	292
1.5. Atribuições e competências.....	299
2. A Organização das Nações Unidas	301
2.1. Contexto em que foi criada	301
2.2. Objectivos e princípios em que se baseia o seu funcionamento	303
2.3. A estrutura da ONU: membros e órgãos	305
2.3.1. Competências dos órgãos principais.....	307
2.4. Sistema de segurança colectiva e manutenção da paz e da segurança internacionais (remissão)	323
IV. Os povos não autónomos.....	323
1. Povos não autónomos e direito à autodeterminação	323
2. Conteúdo do princípio da autodeterminação	324
3. Titularidade do direito à autodeterminação	330
4. Modalidades de exercício do direito à autodeterminação	335
5. Autodeterminação e secessão.....	338
6. O estatuto internacional dos movimentos de libertação nacional e o recurso à força armada: remissão.....	341
V. O indivíduo	343
1. O indivíduo (pessoa física) como sujeito de direito internacional: considerações preliminares.....	343

•	
2. Lado activo	347
2.1. A protecção internacional dos direitos humanos à escala universal	347
2.2. A protecção dos direitos humanos à escala regional: sistemas europeu (Conselho da Europa e União Europeia), interamericano e africano	354
2.3. Protecção internacional dos refugiados	367
2.3.1. O Estatuto de refugiado: requisitos	367
2.3.2. Permanência, protecção e non-refoulement	371
2.3.3. Cessação e exclusão do estatuto de refugiado	374
2.4. A protecção do indivíduo em situação de conflito armado: o direito internacional humanitário	375
3. Lado passivo	381
3.1. O problema dos crimes internacional e do contencioso penal internacional	381
3.1.1. Evolução no plano institucional	382
3.1.2. Evolução no plano normativo: as partes “Geral” e “Especial” do direito internacional penal no Estatuto de Roma do TPI	387
3.1.2.1. Parte Geral: aspectos fundamentais	389
3.1.2.2. Parte Especial: os crimes submetidos à jurisdição do TPI	397
VI. As organizações não governamentais e as sociedades transnacionais....	408
1. Organizações não-governamentais: natureza e capacidade jurídica internacional	408
2. Sociedades transnacionais: noção e personalidade jurídica.....	410
VII. Os casos particulares da santa sé e da ordem soberana de malta.....	414
1. A Santa Sé.....	414
2. A Ordem Soberana de Malta.....	416
CAPÍTULO V	
RELAÇÕES INTERNACIONAIS PACÍFICAS E CONFLITUAIS.....	419
I. Relações diplomáticas e consulares.....	420
1. Considerações preliminares	420
2. Relações diplomáticas.....	421
2.1. Estabelecimento e finalidades	421
2.2. Privilégios e imunidades da missão e dos agentes diplomáticos.....	422
2.3. Ruptura.....	425
•	

•

3. Relações consulares.....	426
3.1. Estabelecimento e finalidades	426
3.2. Privilégios e imunidades consulares.....	427
3.3. Termo das funções consulares	429
II. Direito internacional do ambiente	429
1. Noção.....	429
2. Evolução.....	431
3. Recorte institucional.....	442
4. Princípios fundamentais.....	443
5. Responsabilidade internacional por danos ambientais transfron- teiriços.....	445
III. Proibição do recurso à força e suas excepções.....	448
1. Considerações preliminares	448
2. Conteúdo do princípio da proibição do recurso à força consagrado no artigo 2.º, n.º 4, da CNU	449
3. Excepções.....	452
3.1. Medidas do Conselho de Segurança e das organizações regionais	453
3.3. Direito de legítima defesa	456
3.2.1. Legítima defesa reactiva.....	457
3.2.2. Legítima defesa preventiva ou antecipatória	461
3.2.3. Requisitos materiais e procedimentais.....	464
3.3. Intervenções humanitárias e responsabilidade de proteger.....	466
3.4. Intervenções para protecção de nacionais no estrangeiro.....	471
IV. Métodos de solução pacífica de conflitos internacionais	473
1. Considerações preliminares	473
2. Métodos político-diplomáticos	475
2.1. Sem intervenção de terceiros.....	475
2.1.1. Negociação diplomática	475
2.2. Com intervenção de terceiros	475
2.2.2. Bons ofícios e mediação	476
2.2.3. Inquérito internacional	476
2.2.4. Conciliação	477
3. Métodos jurisdicionais: tribunais permanentes e tribunais arbitrais	478
4. A solução de litígios no âmbito da OMC.....	481

•

•

CAPÍTULO VI	
REGIME INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS	485
1. O Mar.....	485
1.1. Considerações preliminares e evolução do direito do mar	485
1.2. Zonas marítimas sob jurisdição nacional.....	488
1.2.1. Águas interiores, mar territorial e águas arquipelágicas	488
1.2.2. Zona contígua, plataforma continental e zona económica exclusiva	492
1.3. Espaços subtraídos à jurisdição nacional	499
1.3.1. Alto-mar.....	499
1.3.2. Zona ou área	501
2. O espaço extra-atmosférico.....	503
3. Os espaços polares: Ártico e Antárctida	506
Índice.....	509

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt